

Commissioned by



HIGH LEVEL PANEL for
**A SUSTAINABLE
OCEAN ECONOMY**

BLUE PAPER

Summary for Decision-makers

Rumo à equidade nos Oceanos

O oceano é importante para todos— Produz oxigénio e alimento, armazena carbono e calor, oferece espaço para atividades comerciais e de lazer, e continua a inspirar e a suportar culturas e modos de vida. Globalmente, o valor económico dos bens marinhos está estimado em 24 mil milhões de milhões de USD e o valor dos serviços derivados está estimado entre 1.5 mil milhões de milhões de USD e 6 mil milhões de milhões de USD ao ano.¹

Porém, o acesso aos recursos e sectores marítimos raramente está distribuído de forma equitativa. Muitos dos seus benefícios são acumulados por poucos, enquanto que grande parte dos danos são suportados pelos mais vulneráveis. A iniquidade é a uma característica sistémica da atual economia do mar. Está incorporada nos sistemas políticos e económicos existentes, o resultado de legados históricos e normas prevalecentes. Apesar de existirem enquadramentos que apoiam parcialmente a equidade, estes não estão suficientemente desenvolvidos. Na prática, as políticas oceânicas são de uma forma geral cegas perante a equidade, contribuindo para os atuais padrões de desigualdades.

Abordar as desigualdades existentes, prevenir a expansão de iniquidades nos oceanos, e promover a equidade, tanto dentro como entre países, é parte integrante de uma economia do mar sustentável. O desenvolvimento de novas estratégias e políticas que ofereçam uma visão mais integrada e holística dos nossos recursos oceânicos e uma inclusão mais justa dos seus diversos utilizadores oferece também a oportunidade para assegurar uma trajetória futura de desenvolvimento mais estável.

O que é equidade nos Oceanos?

A equidade nos oceanos inclui um foco na provisão de benefícios sociais, culturais e económicos e abrange várias dimensões e vários de sectores de atividade marítima. Este livro azul destaca vários caminhos em que a equidade se pode manifestar e/ou medidas que podem ser adotadas para suportá-la:



As pescas: A implementação efetiva de políticas orientadoras internacionais pode ajudar a redirecionar a distribuição desigual das capturas comerciais globais. À escala local, as comunidades da pequena pesca, particularmente os indígenas, mulheres e subgrupos de outras minorias têm, muitas vezes, um poder político relativamente limitado e têm menos hipóteses de serem incluídos nos processos de decisão sofrendo com a depleção dos ecossistemas de uma forma desproporcional.



Alto-mar: O envolvimento limitado de nações em desenvolvimento nas atividades de alto-mar e na tomada de decisões associada – em termos das pescarias, minerais raros, recursos genéticos e avanços científicos – levanta questões de justiça, imparcialidade e equidade.



Infraestruturas costeiras: As infraestruturas costeiras e em alto mar assim como o desenvolvimento de projetos devem ser concebidos de forma a minimizar custos e a melhorar os benefícios para as comunidades mais vulneráveis.



Cooperação transnacional: Uma operação responsável das cooperações transnacionais nas redes de abastecimento pode contribuir para a equidade através de melhores praticas e comunicação (incluindo mais transparência e exposição dos abusos aos direitos humanos) assim como através do envolvimento ativo dos decisores políticos.



Alterações climáticas: As alterações climáticas vão criar e aumentar os desafios de justiça e equidade enfrentados pelas nações já vulneráveis. É por isso urgente que a imparcialidade seja tida em conta em todos os setores e a todos os níveis políticos para que políticas equitativamente ativas possam ser rapidamente implementadas.

Uma economia do mar sustentável deve respeitar o ambiente, proteger os direitos humanos, melhorar o bem-estar, estimular a inclusão e a equidade de género, e dar prioridade ao reconhecimento, à diversidade e ao igual acesso aos recursos de forma a oferecer oportunidades justas e consistentes com o desenvolvimento sustentável.

Deve também atender à corrupção e evasão de impostos, a procura responsável e a práticas negociais transparentes e criar uma economia partilhada que facilite a redistribuição justa de riqueza e benefícios. Uma economia do mar sustentável deve estar consciente dos limites ambientais e sociais do crescimento e considerar o decrescimento quando apropriado.



Uma nova investigação de apoio ao Painel de Alto nível para a Economia do Mar sustentável avalia a justiça da atual economia do mar global e delinea uma abordagem para a justa inclusão dos diversos atores na agenda da economia azul e para a distribuição equitativa dos benefícios fornecidos pelos oceanos e a proteção dos mais vulneráveis aos danos². Este Livro Azul aborda os aspetos relacionados com a justiça e equidade nos oceanos que existem em e entre múltiplas escalas (desde o nível global e nacional até ao nível das comunidades e subgrupos) e envolve as relações (bilaterais e outras) dentre múltiplos tipos de atores (governos, sociedade civil, agências internacionais e corporações privadas) com diferentes níveis de poder, capacidades e incentivos para abordar a equidade nos oceanos.

Mudar a atual trajetória de iniquidades crescentes e persistentes vai exigir uma liderança forte, uma governança inclusiva e um planeamento intencional a longo-prazo que se inicia com um compromisso para a equidade como um núcleo integrante da economia do mar sustentável e das relações dentro e entre nações.

Tabela 1 enumera uma serie de recomendações ao longo do espectro de ambições, das mais básicas às mais transformativas. Estas recomendações são concebidas como ações complementares e de reforço para apoiarem a futura equidade nos oceanos.

Tabela 1. Perspetiva geral das recomendações para atingir a equidade numa Economia do Mar sustentável.

SUSTAINABLE OCEAN ECONOMY EQUITY		
SALVAGUARDA <i>Sem arrependimentos</i>	EQUIDADE GENERALIZADA <i>Fazer o que está certo</i>	ABORDAGENS TRANSFORMATIVAS <i>As políticas arrojadas</i>
<ul style="list-style-type: none"> Em atividades de desenvolvimento e iniciativas de conservação, envolver e incluir os países em desenvolvimento e as populações locais nos processos de tomada de decisão. Reconhecer os direitos, papéis e necessidades das mulheres, grupos indígenas, pescadores artesanais, indivíduos com incapacidades, e outras minorias e levantar as barreiras de acesso existentes. Proteger os direitos humanos e os direitos dos grupos indígenas. Atuar sobre a corrupção e evasão fiscal. 	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer, proteger e operacionalizar a equidade e os direitos de acesso. Criar capacidade local — incluindo o acesso a tecnologias de baixo custo e acessíveis— para estabelecer uma equidade de oportunidade. Compreender a causalidade socio-ecológica nos ambientes marinhos para atribuir responsabilidades e obrigações, e assegurar uma distribuição equitativa dos ganhos sociais. Procurar, exigir e estimular praticas negociais transparentes e responsáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> Criar uma economia do mar que facilita a redistribuição da riqueza e dos benefícios. Democratizar o conhecimento sobre os oceanos. Criar processos de governança inclusivos através da incorporação das vozes e das visões locais nos planos para a economia do mar a todas as escalas. Estar consciente dos limites ambientais e sociais do crescimento e considerar o decrescimento.

Tomadas em conjunto estas recomendações têm como objetivo informar sobre um caminho para uma economia do mar sustentável e justa.

Criado em setembro de 2018, o Painel de Alto Nível para uma Economia do Mar Sustentável (HLP - High Level Panel) é uma iniciativa ímpar de 14 chefes de Governo e de Estado em exercício empenhados em catalisar soluções corajosas e pragmáticas em prol do bem-estar e da riqueza dos oceanos, que vão ao encontro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e que proporcionem um futuro melhor para as pessoas e para o planeta. O Painel de Alto Nível é composto pelos presidentes ou primeiros-ministros de Austrália, Canadá, Chile, Gana, Ilhas Fiji, Indonésia, Jamaica, Japão, México, Namíbia, Noruega, Portugal, Quênia e República de Palau, e é apoiado por um Grupo de peritos, uma Rede de conselheiros e um Secretariado, que coadjuvam o Painel em matéria de trabalho analítico, comunicação e envolvimento das partes interessadas. O Secretariado tem sede no Instituto Mundial de Recursos (World Resources Institute).

O artigo aqui resumido foi encomendado pelo Painel de Alto Nível e faz parte de uma série de "Livros Azuis" que examinam os desafios prementes que cruzam o mar com a economia. Os Livros Azuis foram elaborados por mais de 160 reconhecidos peritos mundiais de 47 países. Neles se pretende resumir os últimos avanços científicos e pensamentos inovadores no que respeita a novas soluções para os oceanos, nos campos tecnológico, político, financeiro e de governança, que possam ajudar a acelerar a mudança para uma relação mais sustentável e próspera com o mar. Os Livros Azuis serão publicados de forma regular entre novembro de 2019 e junho de 2020, e disponibilizados sob a forma de Compendio editado de Livros Azuis do Painel de Alto Nível, antes da Conferência dos Oceanos da ONU, que terá lugar em Lisboa em 2020.

Os argumentos, conclusões e recomendações expostos nos Livros Azuis representam apenas o ponto de vista dos autores. Apesar de o Painel de Alto Nível apoiar a generalidade das conclusões e recomendações, não foi pedido aos respetivos membros que aprovassem os Livros Azuis, nem deve haver lugar a essa interpretação.

Para mais informações, incluindo a consulta do artigo completo, vá a www.oceanpanel.org.

Notas

- 1 Cicin-Sain, B. 2015. "Goal 14—Conserve and Sustainably Use Oceans, Seas and Marine Resources for Sustainable Development"; Hoegh-Guldberg, O. 2015. *Reviving the Oceans Economy: The Case for Action—2015*. Gland, Switzerland: World Wide Fund for Nature; Lillebo, A.I., C. Pita, J. Garcia Rodrigues, S. Ramos and S. Villasante. 2017. "How Can Marine Ecosystem Services Support the Blue Growth Agenda?" *Marine Policy* 81: 132–42; OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). 2016. *The Ocean Economy in 2030*. Paris: OECD.
- 2 Österblom, H., C.C.C. Wabnitz, D. Tladi et al. 2019. "Towards Ocean Equity." Washington, DC: World Resources Institute. Available online at www.oceanpanel.org/how-distribute-benefits-ocean-equitably.